Bernardo E. Lins
Engenheiro civil, mestre e doutor em economia pela UnB. É consultor legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na Área XIV: ciência e tecnologia, comunicação social, informática, telecomunicações e sistema postal.

Mito e razão

Resumo

O texto elabora algumas relações entre mito, pensamento racional e a transição à filosofia e aponta brevemente algumas possíveis motivações para a persistência das construções míticas nos dias atuais.

Palavras-chave

mito, racionalidade, filosofia

Abstract

The relationship between myth, reasoning and the emergence of philosophy is discussed, and some possible causes for the persistence of mythical narratives nowadays are briefly pointed out.

Keywords

myth, rationality, philosophy.

1. De onde tiramos a ideia de mito

Quando falamos de mito, lembramos de histórias que remetem a tempos imemoriais, passadas pela tradição oral. A maior parte dos povos têm algum tipo de relato que pertence à sua cultura e ajuda a explicar sua origem, seus valores e os laços que os mantêm unidos.

Veja por exemplo o seguinte relato da origem do mundo:

> *"No princípio criou Deus o céu e a terra.*
>
> *E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.*
>
> *E disse Deus: 'Haja luz'; e houve luz.*
>
> *E viu Deus que era boa a luz; e fez Deus separação entre a luz e as trevas.*
>
> *E Deus chamou à luz Dia; e às trevas chamou Noite. E foi a tarde e a manhã, o dia primeiro".*

O texto é bem conhecido. Trata-se da abertura do livro do Gênesis (1: 1-5). Inicia um breve e poético relato da criação do nosso mundo em seis dias, após o que, "havendo Deus acabado no dia sétimo a obra que fizera, descansou no sétimo dia de toda a sua obra" (GÊNESIS, 2: 2).

Mais que um registro de uma possível criação do universo, trata-se de uma afirmação de traços culturais que mantinham o povo hebreu unido, sendo o primeiro destes a fé em um Deus único que os escolhera como um povo específico para estabelecer com este uma aliança e preservá-lo ao longo das vicissitudes da história. O mito parte da criação do mundo para estender-se à criação do homem, à sua relação com a dimensão divina, ao modo como é posto no mundo, à sucessão de gerações até a formação de comunidades ou nações e às vicissitudes de heróis, reis ou governantes proto-históricos.

Tendo em vista que o judaísmo é uma das religiões mais antigas ainda praticada e que a comunidade judaica sobreviveu, inclusive, à extinção do seu país e à perda do seu território em pelo menos duas oportunidades, na deportação para Babilônia e na diáspora decorrente da destruição de Jerusalém por Tito, aparentemente a promessa mítica tem sido cumprida. É uma ilustração da força da tradição e dos relatos fundamentais para a preservação dos vínculos culturais de uma comunidade.

Há lendas desse tipo em quase todas as culturas conhecidas a partir do neolítico. As origens do mundo e da vida são explicadas das formas mais variadas. Há referências a um deus supremo (assim como Javé na tradição judaica, Viracocha para os incas ou Tupã entre os índios tupi), a um princípio primordial (Apsu ou Namu para os sumérios, Nun entre

os egípcios, Adhinatha na tradição hinduísta), a um ovo primordial (tradição chinesa), ao resultado da dispersão de sangue ou esperma de deuses (o sangue de Urano na mitologia greco-romana) ou à existência de outros mundos precedentes (mitologia asteca).

Esses relatos podem ser diretos como o registro bíblico ou muito complexos, como na mitologia grega, que tenta explicar a existência de espaço, tempo, impulso criador e submundo a partir de uma intrincada saga em que entidades se criam, se enfrentam ou se relacionam, até que os deuses, o mundo e a vida, do modo como os gregos os conheciam ou concebiam, se constituíram.

A ideia de mito, porém, é tipicamente grega. A origem etimológica do termo é "mythós" (μυθος), palavra do grego antigo cujo significado é variado, algo como "relato". É naquela cultura que ocorre o distanciamento intelectual para reconhecer o papel social agregador e a tentativa de explicação cosmogônica do mito. Os primeiros filósofos gregos iriam colocar em evidência sua característica de lenda com elementos arbitrários, levando Platão, por exemplo, a classifica-lo como "ciência rústica" (CASSIRER, 1953: 2).

2. Mito e história

Um problema central para a aceitação desses relatos míticos é o da fé. São relatos não comprováveis, embora em muitos casos reflitam um esforço significativo de compreensão de forças fundamentais com que o homem convive: a violência das emoções, o terror da morte, o impulso erótico, o poder da natureza, a imensidão do mundo, o confronto entre culturas, a guerra e assim por diante. Acreditar nessas sagas demanda uma postura de compartilhamento da narrativa entre o narrador e o ouvinte e até de aceitação incondicional de certas afirmações que são incompreensíveis ou que escondem contradições essenciais, mascaradas por jogos de palavras e sinais esotéricos ou misteriosos.

O contexto da aceitação do mito não é, porém, o de reconhecer sua validade objetiva ou seu mérito factual. O mito não é construído com finalidade de registro. O mito é simbólico. Mais do que um relato objetivo dos fatos, é uma alegoria a respeito destes e uma apreciação do seu mérito para a compreensão do lugar de cada um na vida e no universo.

Na medida em que o mito se desdobra da cosmogonia e da descrição de um panteão de divindades e espíritos para as sagas exemplares de heróis e homens, vai-se entranhando aos episódios vividos pela cultura que ajuda a sustentar. Os relatos migram do puramente conjectural para o episódico e um substrato de fatos verazes dá crescente sentido histórico a lendas e aventuras. O trabalho de desmistificação das narrativas passa pelo questiona-

mento das inserções didáticas, morais ou oníricas que povoam o mito e da recuperação dos elementos desse caráter de crônica que passa a prevalecer.

A correta interpretação dessas crônicas é um aspecto que se tornou importante a partir do século XIX, período em que sítios arqueológicos e registros de valor histórico foram apropriadamente identificados graças aos elementos objetivos subjacentes a grandes mitos de antigas civilizações. Destes, alguns dos mais espetaculares, em termos midiáticos da época, foram as escavações de Heinrich Schliemann na Anatólia e na Grécia, que ajudaram a denominar os locais a partir da identificação de referências geográficas em narrativas clássicas, como a Ilíada, a Odisseia e a Eneida. Sítios que coincidem com marcos da Antiguidade, como Troia ou Micenas, encontram-se hoje disponíveis à visitação pública.

Também é importante para as culturas ocidentais a arqueologia dita "bíblica", que recupera evidências de localidades descritas nos livros sagrados hebraicos, dando consistência a registros de inegável sabor lendário. Se alguns dos achados podem ter interpretação duvidosa, como evidências de uma grande enchente na Mesopotâmia que pudesse ter servido de suporte à saga de Noé e da arca (achados relevantes sugerem cheias violentas entre 2.500 e 3.000 a. C., mas com depósitos de água e resíduos variando entre 60 cm e três metros, dependendo da localidade – veja por exemplo a resenha de Raikes, 1966 – que dificilmente fundamentariam um relato das proporções do dilúvio), outros permitem reconstituir hábitos e práticas que confirmam relatos bíblicos mais recentes, como os dos livros dos Reis, emprestando-lhes vívido realismo.

O processo de desmistificação inerente aos estudos de relatos em particular merece, portanto, redobrado cuidado. Por um lado, é preciso reconhecer que pode haver um substrato histórico para muitas dessas narrativas e entender que a transmissão oral e o registro tardio mudaram sentidos e deram novas interpretações ao episódio. Por outro lado, é importante identificar a conjuntura social e política em que o registro definitivo teria ocorrido, o que poderia explicar abordagens, omissões e inserções na saga que ajudem a esclarecer circunstâncias ou elementos culturais do momento em que se dá o processo de escrita.

Evidências históricas estão sujeitas a controvérsia e sua aceitação requer uma combinação apropriada de cautela acadêmica no exame de fontes primárias com reconhecimento da relevância posterior de personalidades, episódios ou processos. Mesmo personalidades de grande efeito histórico, como Sócrates em Atenas ou Jesus na Galileia, são conhecidas apenas por relatos indiretos de seus discípulos, não tendo deixado registros de sua própria autoria ou referências em documentação da época

sobre as vicissitudes que passaram. Essa ausência de registros primários levou, em momentos, a se duvidar da sua existência real ou da fidedignidade dos relatos de suas vidas (Ahbel-Rappe e Kamtekar, 2006: XIV-XV; Habermas, 1996: 22-23). Até a respeito de personagens mais recentes e notórios, como o grande poeta Luís de Camões, autor dos Lusíadas, há controvérsias menores, relativas à veracidade ou à significância histórica de certos episódios de vida que lhe são atribuídos (Macedo, 2006: 27-28). O que se dirá, então, sobre a distante existência de reis micênicos, como Menelau ou Ulisses, patriarcas bíblicos, como Abraão ou Noé, ou heróis de períodos obscuros, como Artur da Bretanha.

Nesses casos, portanto, o ceticismo histórico se impõe, mas não deve fundamentar uma descrença *a priori* no relato. A adequada desmistificação pode revelar elementos históricos, culturais ou até de correto conhecimento técnico de grande interesse.

3. Mito e angústia

Muitos são os relatos que, à margem de uma possível fidedignidade episódica, apontam para reflexões e lições morais associadas à vida diária e às decisões políticas que envolvem a comunidade em que o mito se preserva. São histórias que desvendam, ainda que de modo intuitivo, algumas das motivações e dos mecanismos psíquicos das decisões humanas. Há riqueza emotiva e consistência na construção da psicologia dos personagens, na análise das relações de poder e nos desdobramentos narrativos.

Vários desses mitos foram aproveitados em textos para o teatro grego clássico, que constituía uma manifestação coletiva peculiar à cultura daquela civilização. Tome-se o exemplo da tragédia de Édipo Rei, escrita por Sófocles no séc. V a. C., em que o jovem rei de Tebas, desconhecedor de sua origem, casa-se com a mãe e traz a desgraça à cidade. A primeira revelação vem com as palavras do velho e cego Tirésias, que afirma ao rei:

> *"Afirmo-te, pois: o homem que procuras há tanto tempo, por meio de ameaçadoras proclamações sobre a morte de Laio, está aqui! Passa por estrangeiro domiciliado, mas logo se verá que é tebano de nascimento e ele não se alegrará com a descoberta. Ele vê, mas ficará cego. É rico e acabará mendigando. Seus passos o levarão ao exílio, onde tateará o chão com seu bordão. Ver-se-á que ele é, ao mesmo tempo, pai e irmão de seus filhos, filho e esposo da mulher que lhe deu a vida, e que profanou o leito do pai, a quem matou. Vai, Édipo, pensa em tudo isso em teu palácio".*

A trama é bem conhecida. Édipo recebe, em seguida, um emissário de Corinto, cidade onde fora criado, que revela tê-lo recebido de um pastor, ainda bebê, com os pés furados e amarrados. Deveria ser morto por ordem da mãe, mas o pastor não tivera a coragem de executar a terrível sentença. Fora então levado ao rei de Corinto, que o educou como seu filho.

Na juventude, Édipo soubera por um oráculo de seu terrível destino e, para evitá-lo, exilou-se. Acidentalmente encontrou-se alguma vez em uma encruzilhada com o verdadeiro pai, Laio, e o matou em uma rusga. E, mais adiante, terminara por chegar a Tebas, cidade onde ganharia prestígio e se casaria com a viúva do rei, sua própria mãe.

A descoberta da trama do destino leva a mãe de Édipo, Jocasta, ao desespero. Ela se suicida no palácio. Ele, por sua vez, vaza seus próprios olhos e termina seus dias em exílio, mendigando. Na conclusão da peça, o chefe do coro proclama:

> "Habitantes de Tebas, minha pátria! Vede este Édipo, que decifrou os famosos enigmas! Deste homem, tão poderoso, quem não sentiria inveja? No entanto, em que desgraça se precipitou. Assim, não consideremos feliz nenhum humano, enquanto ele não tiver atingido, sem sofrer os golpes da fatalidade, o termo da sua vida".

A tragédia é um texto de teatro de grande notoriedade, tendo sido apresentada inúmeras vezes, ao longo de dois milênios. Ilustra muitas das angústias do homem: a incerteza sobre suas origens, a preocupação com o destino, as construções psíquicas envolvidas na estrutura familiar e na formação do caráter, o exercício do poder.

Epopeias de outras culturas trazem reflexões de igual intensidade. Na saga de Gilgamesh, texto sumério do terceiro milênio a. C., o personagem, rei de Uruk, lança-se na busca da imortalidade. Após diversas aventuras, chega a uma região afastada onde vive Utnapishtim, o Longínquo, único homem que sobrevivera ao dilúvio em uma barca e ganhara dos deuses a imortalidade. Ele explica a Gilgamesh que jamais será imortal, mas lhe revela um segredo:

> *"Gilgamesh, chegaste aqui exausto, o que posso te dar, para que leves ao teu lar? Revelar-te-ei um segredo. É um mistério dos deuses. Existe uma planta que cresce sob as águas. Ela possui um espinho, que espeta como o da rosa. Ela irá ferir-te as mãos, mas se lograres pegá-la, terás em teu poder aquilo que restaura ao homem a juventude perdida".*

Gilgamesh desce ao fundo do rio e colhe a planta. Porém, não a come. Guarda-a e empreende a viagem de volta. Em algum momento, mergulha em um poço para lavar-se e uma serpente, atraída pelo cheiro da planta, come-a e de imediato troca sua pele e se renova. O herói chora e se lamenta:

> *"Foi para isso que esfalfei minhas mãos e arranquei sangue do meu coração? Nada obtive para mim. A fera do poço usufrui do meu sacrifício. Encontrei algo prodigioso e o perdi".*

Na volta à sua cidade, o herói reassume seu trono e manda gravar em pedra sua aventura. A saga se encerra com a morte de Gilgmesh, reinando em Uruk, chorado pela população, coberto de glória. "Foi-te dado um trono, reinar era teu destino. Esse era o significado do teu sonho. A vida eterna não era teu destino. Assim, não fiques triste, não te atormentes, nem deixes te oprimir por causa disto. Tiveste o poder de atar e desatar, de ser as trevas e a luz da humanidade", ensina Enlil, o pai dos deuses, no encerramento da epopeia.

4. Mitos recorrentes

A repetição de histórias em culturas e livros distintos é mais um aspecto interessante no estudo dos mitos e lendas.

A coincidência do relato bíblico do dilúvio, citado na epopeia de Gilgamesh e também presente em escritos sumérios mais antigos, talvez tenha motivos e explicações triviais. Uma possibilidade é a de que parte dos relatos da tradição hebraica, não apenas trechos da Torá e dos livros históricos, mas também dos livros do Talmude, tenha sido posta por escrito pela comunidade que sofreu o exílio da Babilônia, como uma precaução contra a gradual perda de consistência de histórias que eram transmitidas em forma oral ou como um esforço de agregação da comunidade exilada e de preservação de seus valores jurídicos e morais. Desse modo, registros babilônios podem ter sido incorporados aos hebraicos.[1]

Mais difícil de explicar é a ocorrência de relatos do dilúvio em culturas afastadas do ambiente mesopotâmico, como os povos pré-colombianos e os indígenas da América. Na tradição asteca, Chalchiuhtlicue foi uma deusa que sobreviveu ao dilúvio. Compilações de frades dominicanos do séc. XVI registram vários relatos diluvianos, relacionando-os com os rituais de sacrifícios adotados pelos povos da região. Outras lendas coinci-

1 A tese não é fortuita. Um esforço de compilação similar ocorreria também após a diáspora. Os livros atualmente adotados resultam de uma compilação em vários idiomas que seria consolidada por volta do século V d. C. A paginação fixa do Talmude iria se consolidar somente após as edições italianas das obras, entre 1520 e 1550 (HELLER, 1995).

dentes são igualmente reconhecidas, como o Éden e o pecado original. Xochiquetzalcomo teria sido a primeira deusa que pecou, por comer a fruta da árvore. Deuses e humanos teriam cometido o pecado conjuntamente (MONTORO, 2013).

Até mesmo entre os gregos há referências a episódios assemelhados. Um trecho atribuído a um livro perdido, as Genealogias de Acusilau de Argos, cita uma grande enchente na Ática, à época em que o primeiro homem, Foroneu, reinaria em Argos (DK9B022)[2].

Uma possibilidade é a de que esses mitos sejam mais antigos do que se imagina, remetendo a episódios ou lendas orais anteriores à migração humana para as Américas. Outra é a de que os intercâmbios comerciais já existentes na Antiguidade tenham contribuído para uma disseminação desses relatos. Uma terceira é a de que estes façam referência a símbolos e fantasias inconscientes que se preservam na psique humana e ressurgem nas diversas civilizações.

5. Mito e conhecimento racional

O mito, ao servir de ligamento para a comunidade que o preserva, não está em questão. O problema do relato não é sua veracidade, mas sua relevância como elemento formador da cultura e direcionador da ação individual e coletiva de quem o compartilha.

Desse modo, a construção do relato mítico apoia-se em uma lógica interna que ajusta os elementos da narrativa, dirigindo-se para uma revelação ou para uma lição moral. Não há a intenção de construir um

2 Um dos desafios no estudo dos poetas, logógrafos e filósofos pré-socráticos é a escassez de informações a seu respeito. Há duas fontes usuais. A primeira e mais extensa é a doxográfica, ou seja, a de referências sobre seus trabalhos. Vários autores contemporâneos desses filósofos ou posteriores a eles citaram e comentaram suas assertivas. Aristóteles, em particular, foi crítico de muitas dessas reflexões, mas teve a generosidade intelectual de atribuir-lhes autoria adequadamente, sendo uma das fontes doxográficas mais ricas e confiáveis, embora de segunda mão (LEROI, 2014: 19). A segunda fonte é formada por eventuais fragmentos recuperados das obras desses filósofos ou citados ipsis litteris por terceiros. Essas fontes primárias (ou quase) foram compiladas em alguns compêndios, sendo o mais importante o chamado Diels-Kranz, preparado pelo filologista alemão Hermann Diels em 1903 e reorganizado e reeditado posteriormente pelo filósofo, também alemão, Walther Kranz, na década de 1920. Desse modo, esses fragmentos atualmente são citados com uma referência-padrão DK. Por exemplo, a frase "pobres testemunhas são os olhos e ouvidos do homem cuja alma é bárbara", de Heráclito, recebe o registro DK22B107, pois é o fragmento 107 atribuído a Heráclito, que vem a ser o filósofo 22 compilado na obra. O Diels-Kranz está fora de catálogo há anos, mas há boas traduções em vários idiomas. Atualmente, o Google oferece uma versão em formato pdf da obra, na edição original de 1903 devida a Diels. Uma versão padrão, editada em três volumes nos anos vinte, encontra-se disponível em meio eletrônico em algumas universidades. Para cada filósofo, uma parte A relata a vida e o ensino, a parte B compila os fragmentos e a parte C, algumas reproduções ou plágios, as imitações. Os fragmentos citados neste artigo foram vertidos do inglês e constam de Freeman (1983), tradução para aquele idioma dos fragmentos compilados no Diels-Kranz.

conjunto de conhecimentos que tenha os elementos básicos de uma consistência com o mundo real ou uma possibilidade de verificação.

Retomando o exemplo da saga do dilúvio universal, não existe qualquer possibilidade de harmonizá-la com o corpo de conhecimentos científicos hodiernos, ou mesmo de qualquer época. Uma simples conta aritmética demonstra que não há, em nosso planeta, água suficiente para que uma enxurrada planetária de semanas a fio pudesse ocorrer, mesmo diante de uma situação astronômica completamente inusitada, que pudesse resultar em mudanças no movimento do planeta. Também não haveria condições de hospedar, em qualquer arca ou veículo, um casal de um número razoável de espécies existentes na Terra. E, menos ainda, sobreviver com estas por dias seguidos com apenas oito ou dez pessoas para cuidar delas (no relato bíblico, Noé e sua família nuclear).

Por outro lado, há espaço para ajustar o relato a algum episódio local, ainda que com ressalvas, como uma enchente inesperada em determinado ponto do continente africano ou asiático habitado por um núcleo primitivo de humanos. Até mesmo é admissível situá-la em algum período há quatro ou cinco mil anos, como se comentou anteriormente. Um pequeno grupo de sobreviventes poderia, nas duzentas gerações que nos separam daquela época, reproduzir-se a ponto de alcançar o nível populacional dos dias atuais[3].

Essas conjecturas, porém, são acessórias ao mito. O aspecto fundamental da história da arca de Noé reside na aliança que os deuses (ou Deus, na versão bíblica) fazem com a humanidade após o dilúvio, alçando nossa espécie a um patamar diferenciado entre as demais e dando-nos uma proteção exclusiva:

> *"E abençoou Deus a Noé e a seus filhos, e disse-lhes:*
>
> *Frutificai e multiplicai-vos e enchei a terra. E o temor de vós e o pavor de vós virão sobre todo o animal da terra, e sobre toda a ave dos céus; tudo o que se move sobre a terra, e todos os peixes do mar, nas vossas mãos são entregues. Tudo quanto se move, que é vivente, será para vosso mantimento; tudo vos tenho dado como a erva verde.*
>
> .....
>
> *E eu convosco estabeleço a minha aliança, de que não será mais destruída toda a carne pelas águas do dilúvio, e de que não ha-*

3 Veja, por exemplo, a discussão desses aspectos em Hill (2002).

> *verá mais dilúvio para destruir a terra. Este é o sinal da aliança que ponho entre mim e vós, e entre toda a alma vivente, que está convosco, por gerações eternas. O meu arco tenho posto nas nuvens: este será o sinal da aliança entre mim e a terra. E acontecerá que, quando eu trouxer nuvens sobre a terra, aparecerá o arco nas nuvens". (GÊNESIS, 9: 1-3; 11-14)*

A racionalidade desse mito, portanto, não está na consistência do relato com os fatos da vida, mas com o comando divino que legitima as ações individuais e coletivas da comunidade que preserva seu culto. Nessa aliança, real ou fictícia, reside o direito de caçar, de colher, de plantar, de criar e abater animais para o sustento. E nesta reside, também, a crença de que as muitas tragédias da vida não terão dimensão suficiente para extinguir a raça humana.

O desafio intelectual é o de reconhecer no mito essa finalidade e alcançar uma construção distinta, que reflita uma compreensão mais apropriada da natureza, da personalidade e da sociedade: "certamente os deuses jamais revelariam desde logo todas as coisas aos mortais, mas, com o tempo, investigando, estes as percebem" (Xenófanes de Cólofon)[4]. Este viria a ser o caminho da filosofia.

6. Do mito à filosofia

A ideia de mito como relato explicativo da origem das coisas e do destino de cada um é reconhecida desde os filósofos pré-socráticos (HONKO, 2014: 10-12). Trata-se de uma interpretação negativa do papel social do mito, na medida em que o vê como um substituto empobrecido e imperfeito da reflexão racional e do conhecimento verificável.

Ao tentar desmistificar o relato tradicional, substitui-se sua função explicativa por um registro comprovado ou passível de comprovação. Sociedades que renegam seus mitos ou coíbem a preservação dos mitos de outras culturas estão edificando, como parte da sua ordem social, uma preferência por informações que podem ser correlacionadas entre si dentro de uma rede de conhecimentos com três características: racionalidade, utilidade e organicidade.

Essa transição não foi imediata. Iniciou-se por volta do sec. VII a. C. em diversas cidades gregas espalhadas pelo Mediterrâneo: Mileto, Éfeso, Samos, Crotona, Tarento, Eleia, Abdera, Clazômenas, Agrigento[5]. As es-

4 DK21B018. Citado em Curd (2011: 34).

5 Mileto, Éfeso e Clazômenas ficavam na Ásia Menor, atual Turquia, Samos é uma ilha grega próxima da costa turca, Crotona, Tarento, Agrigento e Eleia, eram cidades da Magna Grécia, hoje Itália, Ab-

colas dessas localidades buscaram desenvolver uma compreensão racional dos fenômenos naturais, construindo explicações que pudessem mostrar uma relação de causa e efeito entre estes. Foi nesse contexto que se concebeu a filosofia, termo cunhado por Pitágoras, atitude entendida como o "amor à sabedoria", a busca do conhecimento e da verdade.

A transição do mito à filosofia é vista como um processo natural pela maior parte dos textos de filosofia. Guirardelli (2003: 4) constata, por exemplo, que:

> *"Aos olhos do filósofo grego clássico, o mito não está preocupado em levar alguém ao saber verdadeiro, ao conhecimento, à narrativa explicativa que não evoca relações sobrenaturais ou mágicas. O conhecimento, o saber verdadeiro, aos olhos de tal filósofo, é aquele fornecido exclusivamente por narrativas em que os eventos mostram-se mediante relações causais e relações racionais".*

Essa postura dos gregos não correspondia, no entanto, a uma atitude que fosse recorrente na Antiguidade.

Note-se que as antigas culturas, em algum momento, incorporaram expressivos conhecimentos técnicos. É sabido que os egípcios usavam elementos de trigonometria para reconstituir os limites dos campos aráveis após as cheias do Nilo. Os povos da Babilônia possuíam conhecimentos refinados de astronomia e sua contabilidade comercial era avançada. Os povos pré-colombianos também elaboravam calendários sofisticados e mantinham registros históricos precisos. O mesmo pode ser dito de chineses e outros povos asiáticos. Construções de grandes dimensões, como pirâmides, zigurates, muralhas, templos ou palácios, demonstram a qualidade da engenharia desses povos. Todas essas civilizações mantinham exércitos relativamente bem treinados e dominavam táticas militares refinadas, em que padrões de causa e efeito, de domínio de território, de movimentação de tropas e de uso do tempo eram estudados. Os populares escritos de estratégia militar atribuídos a *Sun Tzu*, que mereceram diversas edições, sendo conhecidos como *A Arte da Guerra*, datam provavelmente do século V a. C. e suas lições de estratégia são até hoje uma referência para estudos em vários campos da operação militar, da administração e da política.

No entanto, essas civilizações não desenvolveram, até onde se saiba, uma reflexão sistemática sobre os estudos da natureza que envolvesse uma

dera situava-se na Trácia, atualmente na costa nordeste da Grécia.

crítica das tradições e dos mitos, ao menos no alcance que esse esforço teve na Grécia.

Aspectos que podem ter influenciado as cidades gregas a desenvolver um espírito crítico e esforçar-se na disseminação dessas atitudes podem estar relacionados à fragmentação dessa ampla região do Mediterrâneo em pequenas cidades-estado que, em virtude do comércio e da manutenção de uma força militar e naval eficaz, puderam acumular riquezas e controlar áreas de influência extensas. O relacionamento constante com outros povos, o contato com outras culturas, abriam oportunidades de reflexão e comparação de modos de vida. Ao mesmo tempo, a preservação de uma identidade étnica, linguística e cultural que ligava essas unidades e impunha uma colaboração em caso de guerras com outras potências, pode ter suscitado uma atitude de independência individual, de lealdade à polis e de construção de organizações políticas que variavam de uma cidade a outra, mas que admitiam a participação coletiva nas decisões.

Werner Jaeger vai mais longe, apontando que a atitude grega envolvia um esforço coletivo de educação dos cidadãos da polis, com uma finalidade de formar um elevado tipo de homem, por uma questão do seu próprio espírito:

> *"O conhecimento próprio, a inteligência clara do grego, encontravam-se no topo do seu desenvolvimento. Não há qualquer razão para pensarmos que os entenderíamos melhor por algum gênero de consideração psicológica, histórica ou social. Mesmo os imponentes monumentos da Grécia arcaica são perfeitamente inteligíveis a esta luz, pois foram criados no mesmo espírito. E foi sob a forma de paideia, de cultura, que os gregos consideraram a totalidade da sua obra criadora em relação aos outros povos da Antiguidade de que foram herdeiros". (JAEGER, 1995: 7)*

7. Persistência da construção mítica

Os relatos míticos, quando desafiados pela construção racional ou esvaziados pela descrença, persistem em rituais de finalidade pragmática, sobrevivem em manifestações literárias ou ressurgem em interpretações de aspectos prosaicos da vida privada, resultando às vezes em histórias saborosas. E as há em profusão.

Em 1829, o caudilho Juan Manuel de Rosas, que governava a província de Buenos Aires, na Argentina, encontrou-se na localidade de Cañuelas com o opositor Juan Lavalle, para celebrar um pacto que evitaria uma guerra civil. A cozinheira de Rosas, desgostosa com a presença do desa-

feto de seu patrão, afastou-se da cozinha quando este por ali circulou, esquecendo no fogareiro um pudim que vinha preparando. O excesso de cozimento engrossou a mistura e, pimba!, surgia ali o doce de leite. Uma invenção argentina, de prestigiosa origem e certidão com data de nascimento.

Em que pese a ótima qualidade do doce de leite feito na Argentina, a lenda é obviamente inverossímil, pois o açúcar é uma especiaria conhecida há uns dois mil anos. Há doce de leite na Ásia desde o século V d. C. Mas os argentinos acreditam piamente na história e há até registro cinematográfico dessa versão. Um diálogo do filme *Un Cuento Chino*, dirigido por Sebastián Borensztein e com o excelente ator Ricardo Darín no papel principal do ranzinza Roberto, um pequeno comerciante bonaerense que abriga um imigrante chinês em sua casa, registra essa crença. Roberto afirma ao perplexo oriental: "Experimenta, é gostoso, se chama doce de leite. É uma invenção argentina".

E, como se não bastasse, argentinos e uruguaios pelejam pela autoria dessa simples e deliciosa sobremesa, de preparo um tanto quanto trivial. A autoria do doce de leite é uma das tantas ficções que dão tempero especial ao substrato cultural que une os argentinos em uma única nação.

Mas, se vivemos hoje em tempos de ampla divulgação da ciência e de cuidadoso registro histórico, como é que fantasias desse tipo nascem e são cultivadas com tanta tenacidade? Como é que, curiosamente, sobrevivem com força? De crenças supersticiosas a lendas urbanas, são inúmeras as manifestações míticas que permeiam nossas culturas contemporâneas.

A filosofia, o direito, o compartilhamento de valores cívicos e uma base cultural comum não parecem suficientes para manter a unidade de uma coletividade. Seus integrantes precisam construir narrativas que, verdadeiras ou não, deem maior graça, maior colorido ao cimento cultural que os une. A narrativa mítica possui imensas vantagens em relação ao conhecimento das coisas observáveis ou técnicas: é de fácil repetição, é emocionante, às vezes divertida, outras vezes curiosa, outras terrivelmente trágica. Não é posta em questão, pois fala à curiosidade das pessoas e às suas crenças mais fundamentais. E contém, em geral, uma lição, uma admoestação, um conselho, uma revelação. Ou seja, um elemento inesperado, moral ou mágico.

As pessoas não conseguem viver sem momentos de encanto, de fé, de congraçamento com o irmão ou o vizinho. Precisam de emoções para aceitar e reforçar os laços de união que serão mais importantes quando as grandes tragédias da vida se apresentarem. O mito nos dá esse elemento de liga e esse apoio emocional diante da fatalidade. Pois, da mesma forma

que Édipo, não conhecemos o amanhã ou as armadilhas que o destino nos reserva. Só saberão se fomos felizes no dia em que nos tivermos ido.

O mito serve, também, à preservação de noções idealizadas do "nós" e do "eles" que distinguem cada cultura, caracterizando seu estar no mundo. Sua preservação é inseparável da solidez da comunidade, organizando seu modo de pensar e sua visão de si. Mesmo os grandes agregados globalizados necessitam desse constructo para legitimar sua autoimagem e justificar suas ações. Shohat e Stam (1994: 15) refletem, a respeito da atual noção do "ocidental":

> *"Uma noção idealizada de Ocidente organiza o conhecimento de modos que se mostram atraentes ao imaginário eurocêntrico. A ciência e a tecnologia, por exemplo, são muitas vezes descritas como ocidentais. O corolário dessa atitude no contexto da teoria é assumir que toda teoria seja ocidental, ou que qualquer movimento, como o feminismo e a desconstrução, independentemente de onde ocorra, seja ocidental".*

Os autores apontam no mito de que "somos herdeiros dos gregos" um elemento dessa narrativa, que representa uma legitimação da nossa forma de ser e de pensar, em oposição a outros blocos culturais da atualidade (SHOHAT e STAM, 1994: 56-57). Tais considerações devem nos alertar a respeito de quão pretensiosas e, consequentemente, frágeis, podem revelar-se nossas reflexões acerca dos marcos de pensamento que carregamos conosco. Não nos cabe negá-las, apenas constatar nosso lugar de fala e vestir a roupa da humildade ao nos confrontarmos com os valores que nos são mais caros e ao expormos nosso imo. Afinal, se o pensamento filosófico nos traz consciência e nos põe no caminho da razão, é no mito que encontramos nossa alma.

Referências bibliográficas

AHBEL-RAPPE, Sara e Rachana KAMTEKAR (2006). **A Companion to Socrates**. Malden (MA), EUA: Blackwell.

CASSIRER, Ernst (1953). **Language and Myth**. Nova York, NY (EUA): Dover Publications.

CASTEX, Adelina (1965). **Curso de Filosofia**. Buenos Aires, Argentina: Ed. Lohlé.

CURD, Patricia (org.) (2011). **A Presocratics Reader**. Indianapolis (IN), EUA: Hackett.

FREEMAN, Kathleen (1983). **Ancilla to the Pre-Socratic Philosophers**. Cambridge, EUA: Harvard. (1ª ed.: 1948).

GHIRARDELLI Jr., Paulo (2003). **Introdução à Filosofia**. Barueri (SP): Manole.

HABERMAS, Gary R. (1996). **The Historical Jesus: Ancient Evidence for the Life of Christ**. Joplin (MS), EUA: College Press.

HELLER, Marvin J. (1995). **Designing the Talmud: the origins of the printed Talmudic page**. *Tradition*, 29 (3): 40-51.

HILL, Carol A. (2002). **The Noachian flood: universal or local?** *Perspectives on Science and Christian Faith*, 54 (3): 170-183.

HONKO, Lauri (2014). **The problem of defining myth**. *Scripta Instituti Donneriani Aboensis*, [S.l.], 6 : 7-19.

JAEGER, Werner (1995). **Paideia: a Formação do Homem Grego**. São Paulo: Martins Fontes.

LEROI, Armand-Marie (2014). **The Lagoon: How Aristotle Invented Science**. Nova York, EUA: Viking.

MACEDO, Helder (2006). **Luís de Camões: o testemunho das cartas**. *Veredas*, 6: 25-32.

MONTORO, Gláucia C. (2013). **O dilúvio universal e a América: relações entre as cosmovisões indígena e cristã no Códice Telleriano Remensis**. *Revista Tempo*, 19(35): 143-160.

RAIKES, R, L, (1966). **The physical evidence for Noah's flood**. *Iraq*, 28 (1): 52-63.

SHOHAT, Ella e Robert STAM (1994). **Unthinking Eurocentrism**. Nova York (NY), EUA: Routledge.